

Participação municipal da agricultura familiar no crédito rural 2015-2022

Municipal participation of smallholder agriculture in rural credit 2015-2022

Thiago Leite Gonçalves
UNESP
leite.goncalves@unesp.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é espacializar o consumo dos recursos financeiros dos programas públicos de crédito aplicados à agricultura familiar municipalmente captada a partir de janeiro de 2015 a junho de 2022. A hipótese da pesquisa é que existe desigualdade no consumo de contratos e montantes financiados entre agricultores familiares e suas associações pertencentes a municípios de um mesmo estado e região, e de outros estados e regiões. A pesquisa usa dados adquiridos do Banco Central e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Utilizou-se do mapeamento para elaboração dos resultados, o PhilCarto para elaboração dos mapas e o Inkscape 2.0 para edição de layout. Foram tabalhados dados de número e valor de contratos referente a custeio, investimento, comercialização e industrialização. A resultante foi a captação concentrada, principalmente, por regionalizações de municípios do centro-oeste, sul do Pará, sudeste do nordeste, leste de Minas Gerais e centro de São Paulo.

Palavras-chave: PRONAF, políticas públicas, mapa, desigualdade, pequeno produtor.

Summary

The objective of this work is to spatialize the consumption of financial resources from public credit programs applied to family farming municipally raised from January 2015 to June 2022. The research hypothesis is that there is inequality in the consumption of contracts and amounts financed among farmers family members and their associations belonging to municipalities in the same state and region, and in other states and regions. The research uses data acquired from the Central Bank and the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Mapping was used to prepare the results, PhilCarto to prepare the maps and Inkscape 2.0 to edit the layout. Data on the number and value of contracts related to costing, investment, commercialization and industrialization were worked on. The result was funding concentrated, mainly, by regionalization of municipalities in the center-west, south of Pará, southeast of the northeast, east of Minas Gerais and center of São Paulo.

Keywords: PRONAF, public policy, map, inequality, family farming.



1.Introdução

Apesar de a permanência dos agricultores de base familiar ter sido fortemente obstaculizada pelo avanço territorial dos grandes e médios agricultores subsidiados instrumentalmente pelo governo com foco na modernização produtiva promovida pelos agentes globais, a agricultura familiar resiste e se mantém protagonista no cenário econômico e social brasileiro (GONÇALVES, 2022).

Segundo a Iniciativa para o uso da Terra do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com valores atualizados para 2019, entre 2003 e 2016 a evolução do Plano Agrícola e Pecuário, em bilhões de reais distribuídos anualmente, foi de cerca de 50 para 190, totalizando o montante de aproximadamente R\$1,5 trilhões durante o período; enquanto, a evolução do PRONAF foi de 10 para 30, totalizando R\$250 bilhões.

Baccarin e Oliveira (2020) apontam que a agricultura familiar do Nordeste permaneceu a mais vulnerável à pobreza (renda média de R\$7.174,86) enquanto do Sul a mais capitalizada (R\$32.356,93), a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006, relataram ainda que dos 4.366.267 estabelecimentos familiares, 50,1% pertenciam à região nordeste, 19,5% à região sul, 16% à região sudeste, 9,5% à região norte e 5% à região centro-oeste.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país, cerca de 10,1 milhões de pessoas, 67% por ela era constituída, e também o equivalente a 23% de toda a produção agropecuária estimada no valor de R\$107 bilhões. Somaram cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, 77% do total, em uma área correspondente a 23% da ocupada por estabelecimentos agropecuários (GONÇALVES, 2022).

Muitos avanços precisam ocorrer para que o Pronaf rompa com certa "dependência de caminho" do crédito rural tradicional – que persiste na adoção dos pacotes tecnológicos para o reforço e a ampliação da produção de commodities brasileiras e o favorecimento daqueles produtores historicamente e regionalmente fortalecidos (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2013) e fortaleça o trajeto de existência daqueles excluídos no sistema capitalista, e que permanecem devido às relações intrínsecas de trabalho com a terra e a identidade constituída e constituinte no meio rural (FERNANDES, 2008) .

Contudo, é preciso que seja reconhecido o caráter inovador do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF por fornecer crédito àqueles que permaneciam alijados do Sistema Nacional de Crédito Rural (BACCARIN e OLIVEIRA, 2020).

A consolidação do programa enquanto política de desenvolvimento rural efetiva ainda depende de importantes avanços operacionais e institucionais (AQUINO e SCHNEIDER, 2010; BASTOS, 2006; BITTENCOURT, 2003; ABRAMOVAY e VEIGA, 1999 apud GRISA et al., 2013) para que a articulação entre o financiamento,

a assistência técnica, a extensão rural e os programas de comercialização cheguem aos agricultores familiares com níveis de renda inferiores e incite as transformações no desenvolvimento da produção rural.

Desta forma, este trabalho propõe uma contribuição afirmativa a partir da regionalização dos municípios que mais e os que menos receberam financiamentos públicos voltados à promoção da agricultura familiar, somando base para propostas futuras em prol de uma provisão equitativa de recursos.

2. Metodologia

Os dados de números e valores de contrados de custeio, investimento, industrialização e comercialização referente a parcela do crédito rural captada pela agricultura familiar entre janeiro de 2015 a junho de 2022 (Tabela A) foram adquiridos junto ao portal eletrônico do Banco Central (BACEN), presente em <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>>, acesso em 23 de janeiro de 2022.

As camadas territoriais de georreferenciamento foram retiradas do sítio eletrônico do IBGE <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm>, acessado em 02 de fevereiro de 2022. A base utilizada foi a do exercício de 2010 com 5.667 municípios.

Os valores monetários foram corrigidos inflacionariamente para junho de 2022 através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

Tabela A: Lista de programas públicos de custeio à agricultura familiar, média produção agrícola e suas associações

DESCRIÇÃO
PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PRLC-BA (PROG RECUP LAVOURA CACAUEIRA BAIANA) ENCERRADO
PRODECER III - PROG COOP NIPO-BRASILEIRA P DESENV DOS CERRADOS - ENCERRADO
MODERAGRO - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
MODERFROTA - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA FROTA DE TRATORES AGRÍCOLAS E IMPL ASSOC E COLHEITADEIRAS
PRODECOOP - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO PARA AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
ABC + Programa para a Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono""
PSI-RURAL - PROG SUSTENTAÇÃO INVESTIMENTO ENCERRADO
PROCAP-CRED (PROG CAPIT COOP CRÉDITO) ENCERRADO



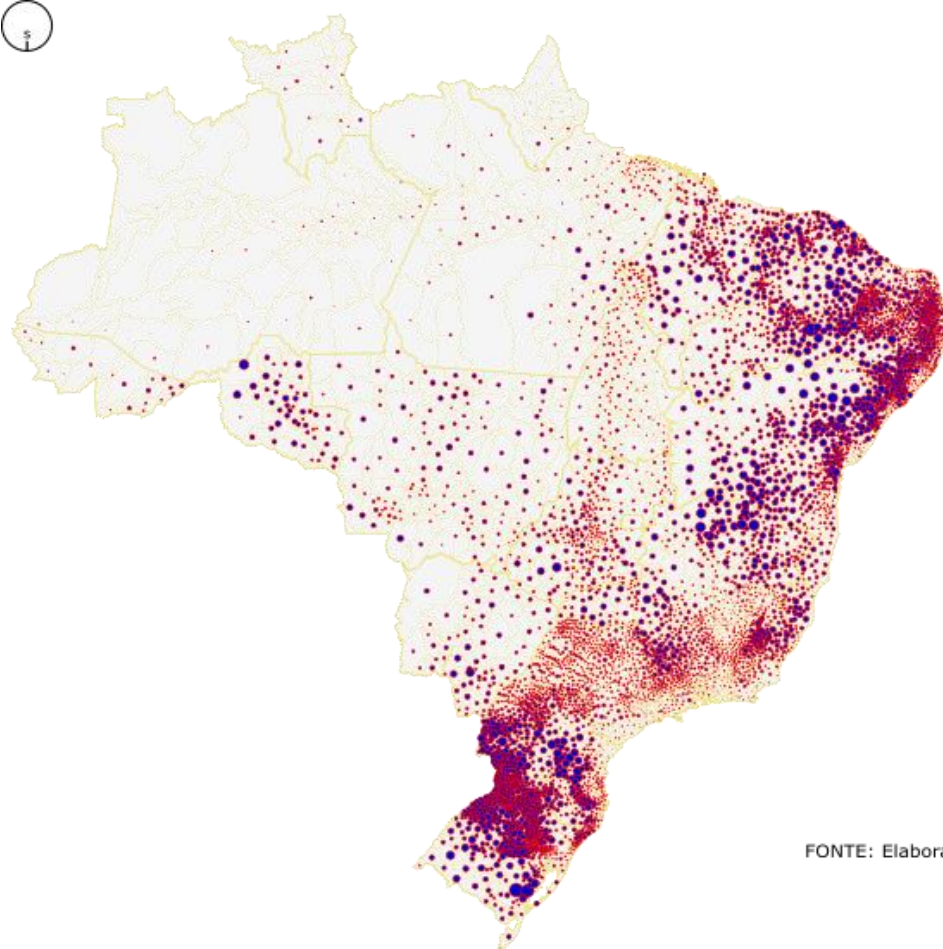
Linha Crédito Rural inst Res. 4.147/2012 e 4.260/2013 (Demais Agricultores)
ENCERRADO

Linha Crédito Rural inst Res. 4.028/2011 (Dívidas Composição e Renegociação
PRONAF) - ENCERRADO

Linha Crédito Rural Inst Res. 4.147/2012 e 4.260/2013 (Agricultores Familiares)
ENCERRADO

FNO-ABC (PROG FINANC AGRICULTURA BAIXO CARBONO) ENCERRADO

3.Resultados



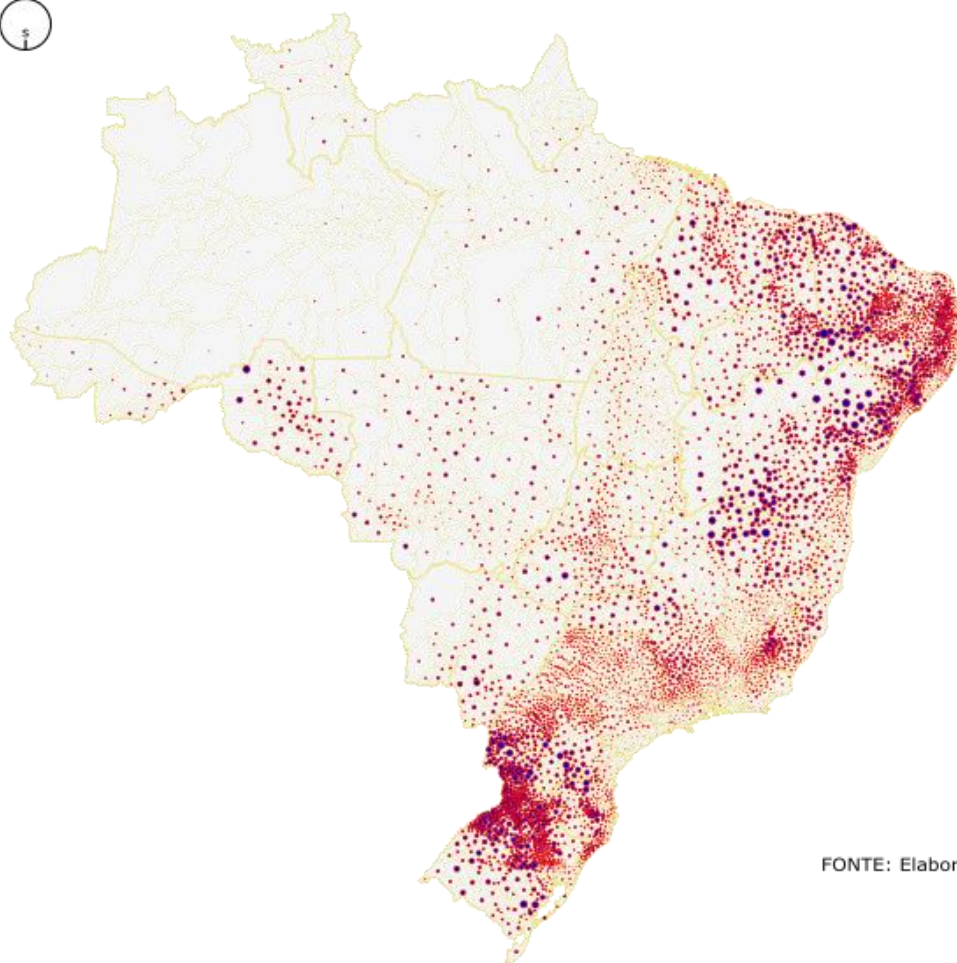
- 12538 CANGUÇU-RS
- 10819 ARARIPINA-PE
- 3602 ITIUBA-BA
- 2013 PICOS-PI
- 1121 ESPERANTINOPOLIS-MA
- 1 VARGEM GRANDE PAULISTA-SP

THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

0 1000km

NÚMERO DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2015 E 2018



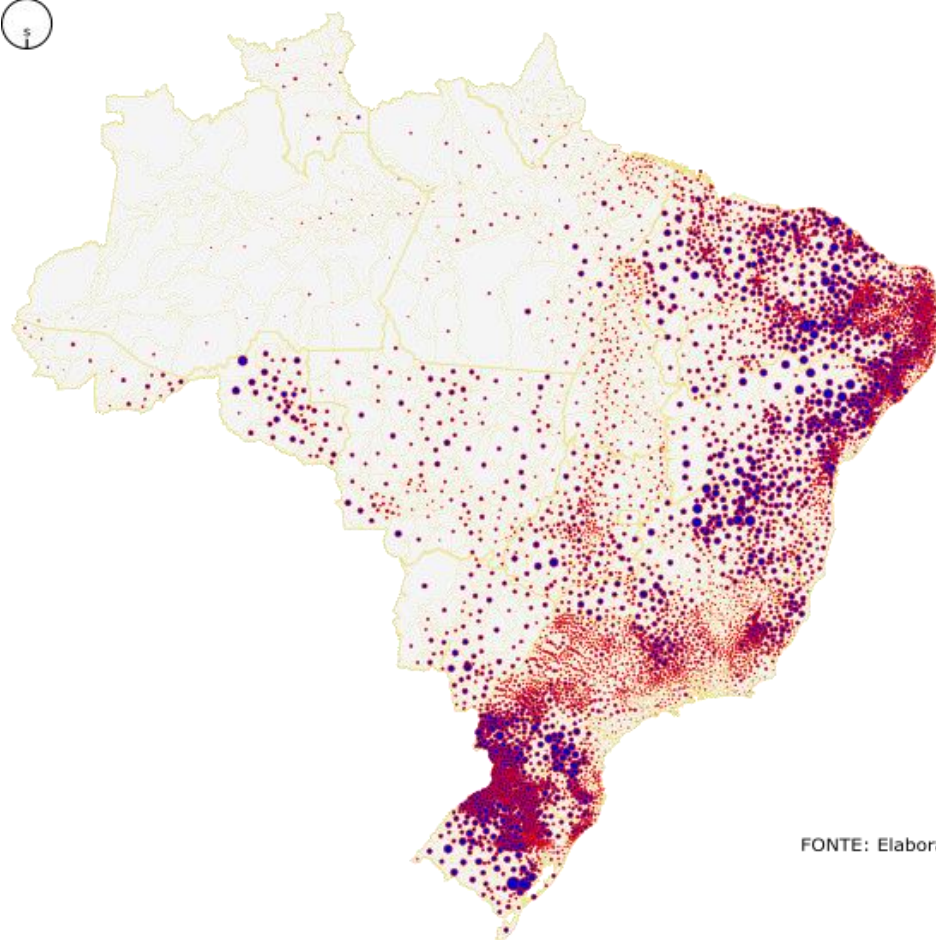
4871 ARARIPINA-PE
2122 PATROCÍNIO-MG
1271 IPUEIRAS-CE
765 SANTANA DO MATOS-RN
431 PEDRO GOMES-MS
1 ILHABELA-SP

THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

0 1000km

NÚMERO DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2019 E 2022



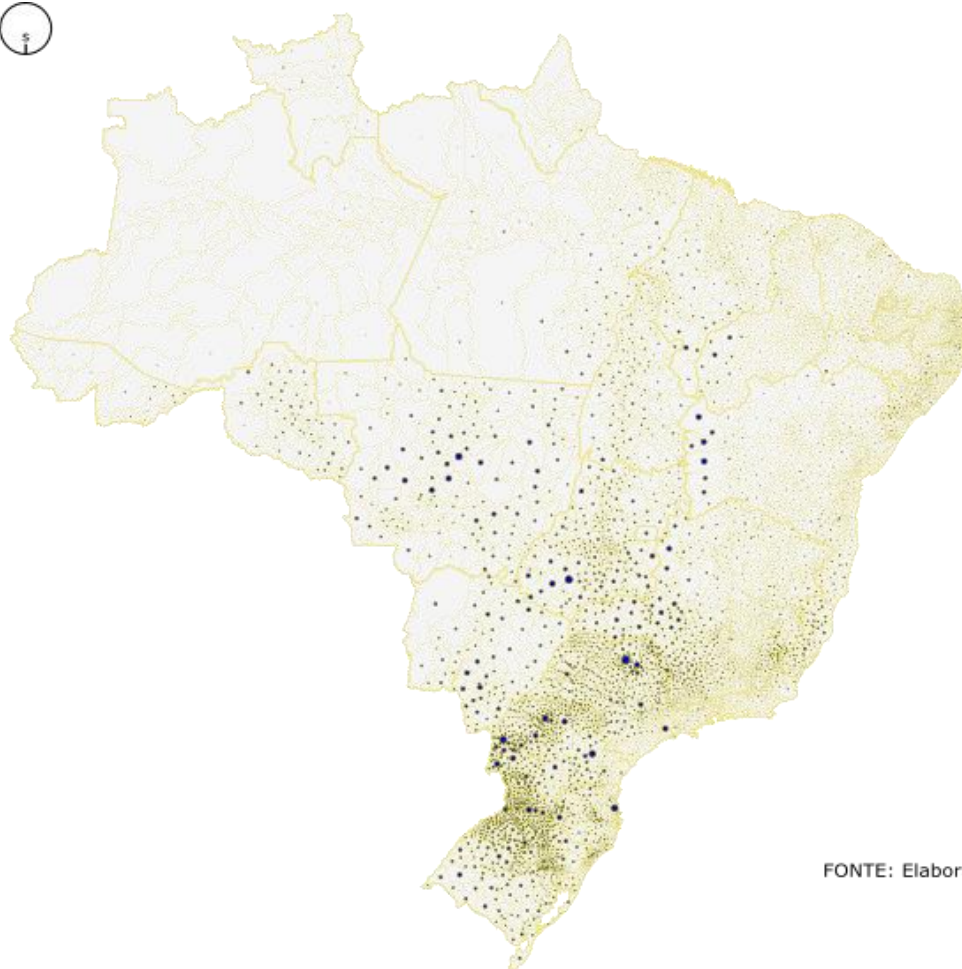
- 12538 CANGUÇU-RS
- 10819 ARARIPINA-PE
- 3602 ITIUBA-BA
- 2013 PICOS-PI
- 1121 ESPERANTINOPOLIS-MA
- 1 VARGEM GRANDE PAULISTA-SP

THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

0 1000km

NÚMERO DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2015 E 2022



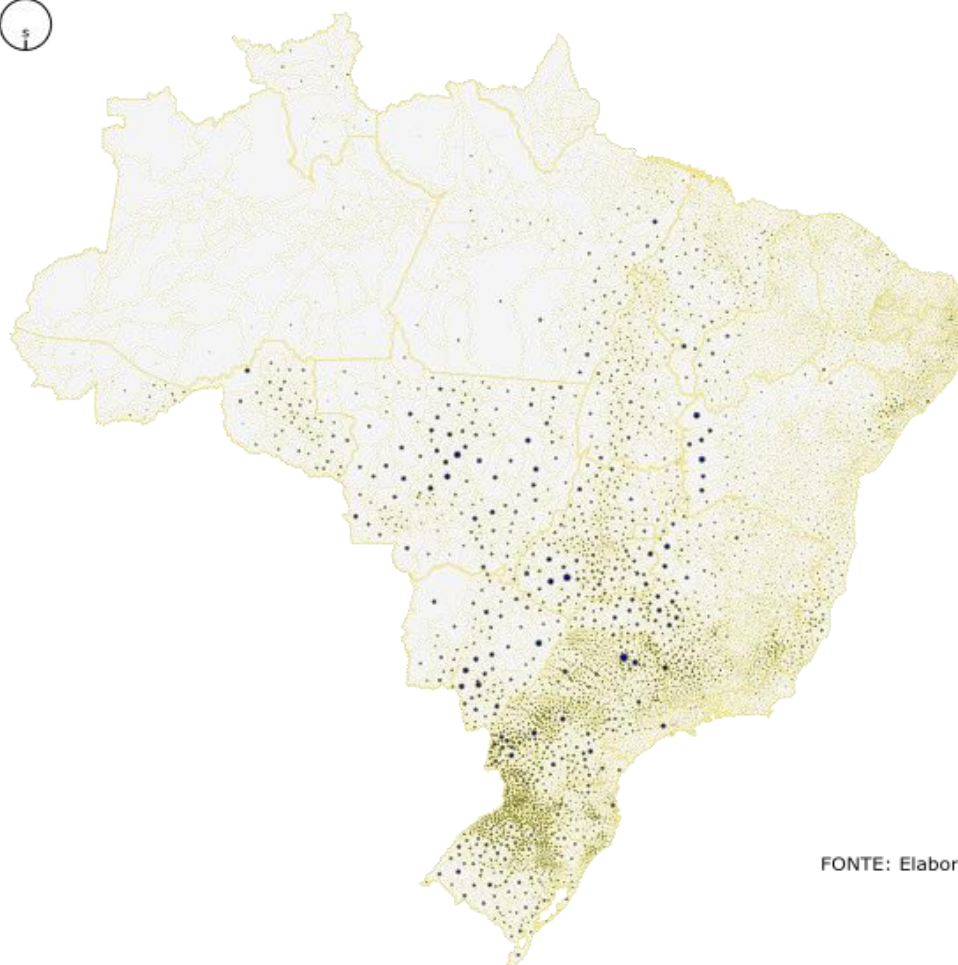
1977 BEBEDOURO-SP
1168 MARINGÁ-PR
588 PATROCÍNIO-MG
294 PALMITOS-SC
124 ALFENAS-MG
0 IMBE-RS

THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

0 1000km

FINANCIAMENTO EM MILHÃO DE R\$ DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2015 E 2018
* corrigido pelo IPCA de junho de 2022



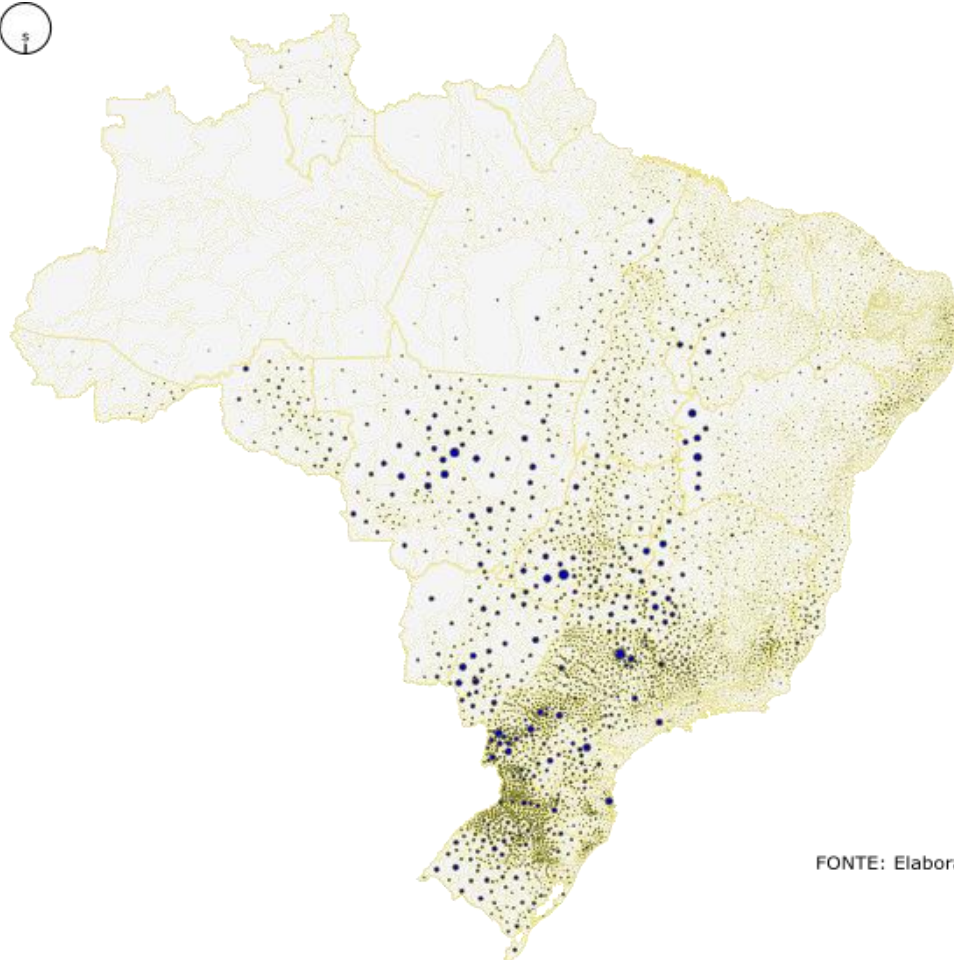
1676	BEBEDOURO-SP
915	NOVA MUTUM-MT
444	ASSIS CHATEAUBRIAND-PR
229	ROSÁRIO DO SUL-RS
108	PELOTAS-RS
0	ITAPARICA-BA

THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

0 1000km

FINANCIAMENTO EM MILHÃO DE R\$ DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2019 E 2022
* corrigido pelo IPCA de junho de 2022



- 3652 BEBEDOURO-SP
- 2537 SORRISO-MT
- 1108 QUERÊNCIA-MT
- 541 4114203 MANDAGUARI-PR
- 234 CACHOEIRA ALTA-GO
- 0 BORBA-AM

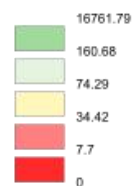
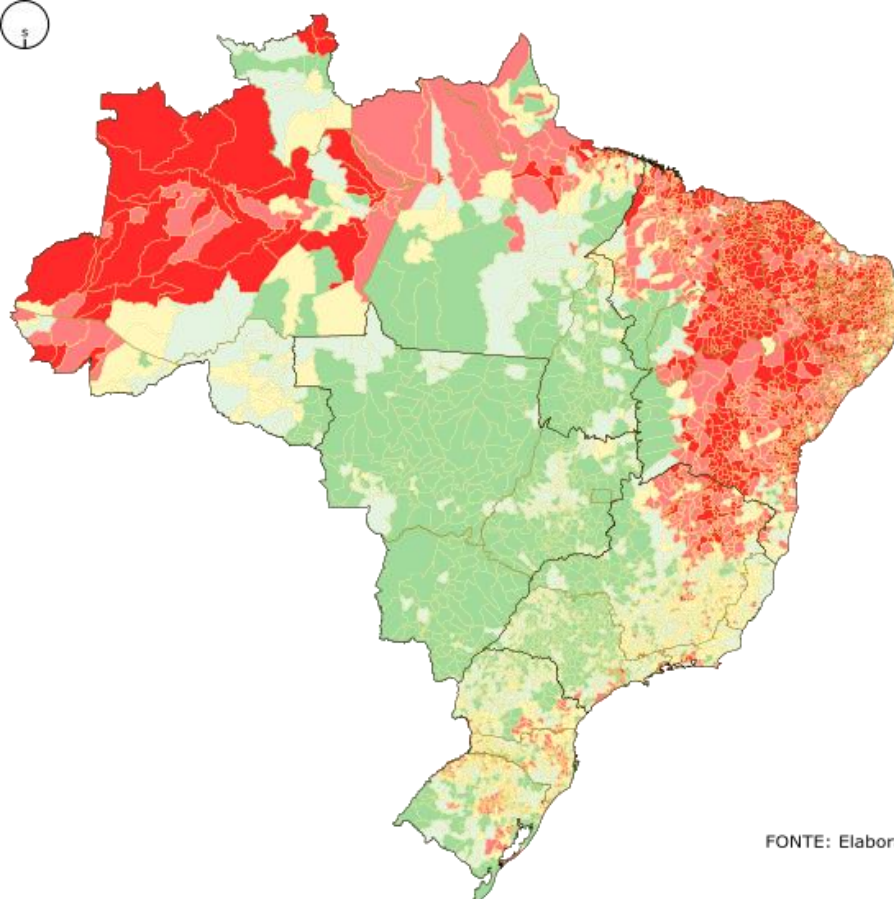
THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

0 1000km

FINANCIAMENTO EM MILHÃO DE R\$ DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2015 E 2022

* corrigido pelo IPCA de junho de 2022



As superfícies dos retângulos do histograma são proporcionais ao número de unidades espaciais em cada classe definida sobre a variável: 'T2015_2018/1000' máximo= 1113 para a classe n° 2



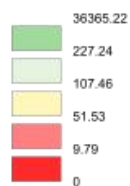
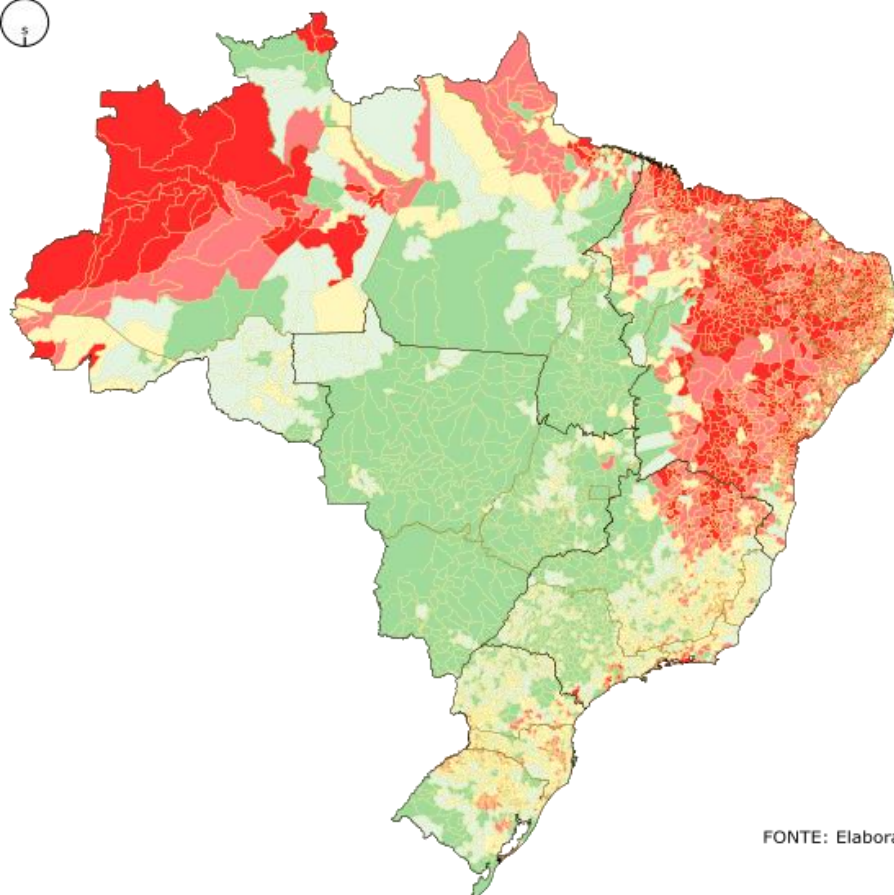
THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

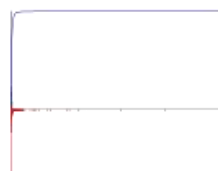
0 1000km

FINANCIAMENTO EM MILHAR DE R\$ PELO NÚMERO DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2015 E 2018

* corrigido pelo IPCA de junho de 2022



As superfícies dos retângulos do histograma são proporcionais ao número de unidades espaciais em cada classe definida sobre a variável : "T2019_2022/1000" máximo= 1113 para a classe n° 2

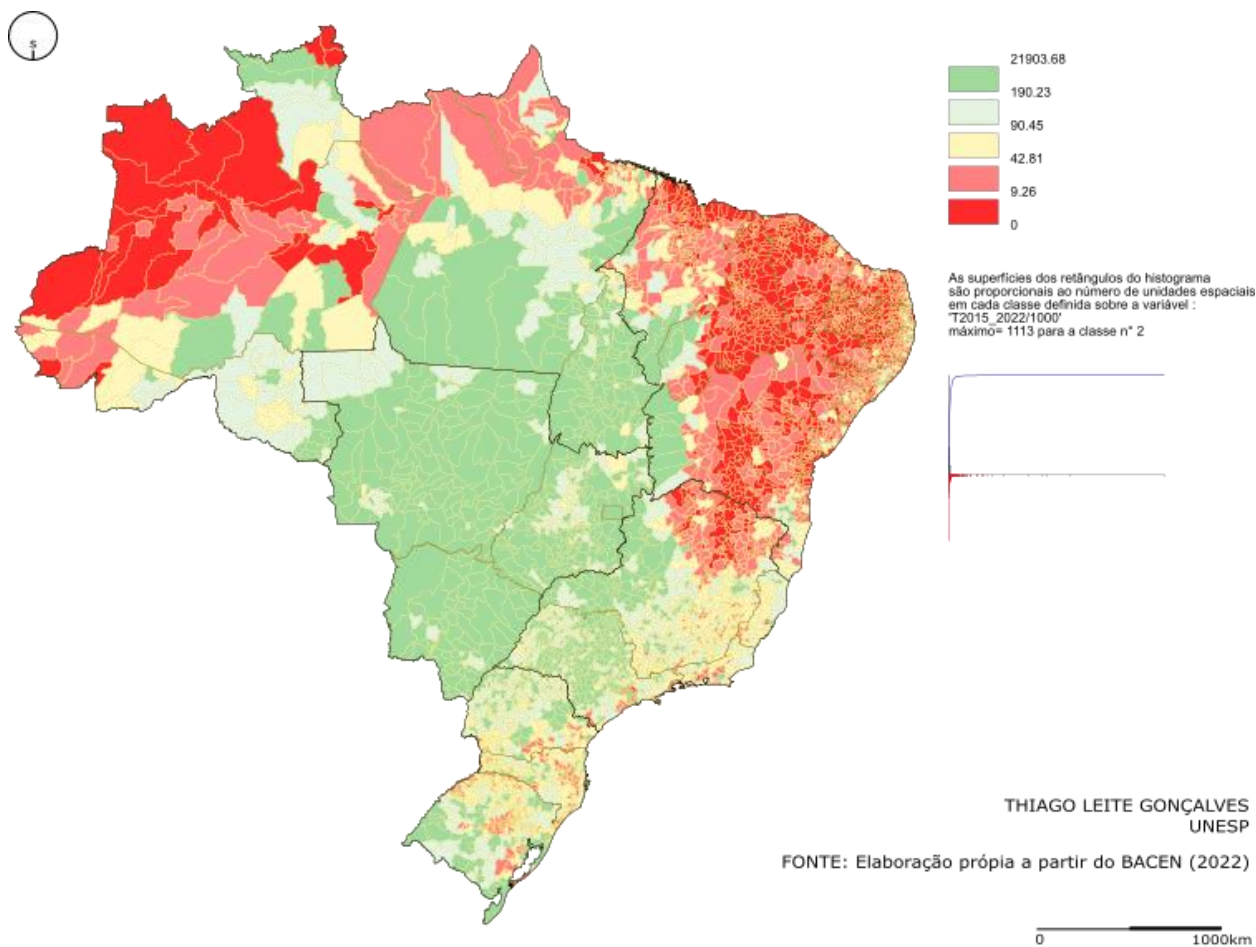


THIAGO LEITE GONÇALVES
UNESP

FONTE: Elaboração própria a partir do BACEN (2022)

0 1000km

FINANCIAMENTO EM MILHAR DE R\$ PELO NÚMERO DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2019 E 2022
* corrigido pelo IPCA de junho de 2022



FINANCIAMENTO EM MILHAR DE R\$ PELO NÚMERO DE CONTRATOS CAPTADOS PELA AF ENTRE 2015 E 2022
* corrigido pelo IPCA de junho de 2022



O montante financiado para a agricultura familiar em cada período compreendido entre 2015 e 2022 compreendeu um aumento progressivo (Tabela B). De de 2015 a 2018, o valor financiado foi de R\$199,7 bilhões; e de 2019 a 2022, R\$212,7 bilhões. O montante financiado de 2015 a junho de 2022 foi de R\$ R\$412,5 bilhões. O número de contratos concedidos apresentou queda de um quadriênio para o outro de 480.007 unidades.

Tabela B: Contratos efetuados e valores financiados à agricultura familiar por quadriênios – Brasil – 1999 a 2022.

	Contratos	Financiamento (R\$)	Média (R\$)
2015-2018	2.419.570	199.788.839.159	82.572
2019-2022	1.939.563	212.736.472.519	109.683
2015-2022	4.359.133	412.525.311.678	94.635

Fonte: Banco Central. Obs.: Elaboração própria. Os valores monetários foram corrigidos através do IPCA de junho de 2022 – data final da base de dados. Referente a contratos de custeio e investimento.



4.Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. Estudos Avançados, v. 15 (43), p. 121-140, 2001.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 56, n.1, p. 123-142, mar. 2018.

AQUINO, Joacir; SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: Katia Grisa e Sérgio SCHNEIDER (orgs.), Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 1 ed. UFRGS, p. 53, 2015.

ARCHELA, R. S.; Théry, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos, Confins, 3, 2008. URL : <http://journals.openedition.org/confins/3483> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.3483>, acesso em 20 de maio de 2022.

ARRETCHE, Marta. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. RBCS, vol. 14, nº 40, junho, 1999.

BACCARIN, José; OLIVEIRA, Jonatan. Uma avaliação da distribuição do Pronaf entre as regiões geográficas do Brasil. Revista Grifos, v. 30, n. 51, p. 114-140, 28 set. 2020.

BATISTA, Henrique; NEDER, Henrique. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001- 2009). Revista de Economia e Sociologia Rural, v.52, 2014. 147-166 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Brasília, 1996.

DELGADO, Guilherme; SCHWARZER, Helmut. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. Guilherme Delgado e José Celso Cardoso Jr. (orgs.), A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90, Brasília: IPEA, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: Hidalgo F., Francisco. Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafios. Quito: Editorial IAEN, 2014.p.19-34.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em 15 de abril de 2022.

GIRARDI, Eduardo P. Atlas da Questão Agrária Brasileira e Cartografia Geográfica Crítica. Confins, 5, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5631>. Acesso em 22 de março de 2022.

GONCALVES, Thiago Leite. Captação desigual de crédito do PRONAF em municípios brasileiros: uma análise a partir dos dispositivos legais e da distribuição territorial por períodos governamentais. Orientador: Osmar Bueno de Carvalho. 2022. Dissertação (Mestrado) – Agronomia: energia na agricultura, Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/238530>. Acesso em 15 de março de 2023.

GONÇALVES, T. L.; BUENO, O. C. Desigualdades no consumo do PRONAF entre municípios brasileiros. Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2022. ISBN: 978-65-5941-281-5

GONÇALVES, Thiago Leite. Mapa da operacionalização municipalizada do PRONAF. Anais do XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos, 2022.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, n. 2, p. 323- 346, 2014.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimentorural. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário, 2006. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 03 de março de 2020

INICIATIVA PARA O USO DA TERRA. Evolução do crédito rural no Brasil entre 2003-2016. IPEA, 2019. Disponível em: https://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2016/08/Evolucao_do_Credito_Rural_CPI.pdf. Acesso em 07 de dezembro de 2020.

SAMPAIO, M. A. P. Cartografia temática enquanto método e resultado de pesquisa: a relação entre o Philcarto e o IBGE. Cadernos CERU (USP), v. 28, p. 33-42, 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. EDUSP, São Paulo, 4º Edição, 9º reimpressão, 2017. SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. Alfaômega, São Paulo, 1976.

SILVA, E. H. F. M.; BERNARDES, E. M. Estrutura Lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do Pronaf. Revista de Administração Pública, v. 48, n. 3, 2014.

SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.



61º Congresso da
SOBER
Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

**AGROPECUÁRIA
DO FUTURO**
Tecnologia, Sustentabilidade e
Segurança Alimentar